

# DISSENSÃO EM AMESTERDÃO EUROPEIZAR O ISLÃO OU ISLAMIZAR A EUROPA?

Manuela Franco

A 29 de Agosto de 2004 a televisão pública holandesa punha no ar *Submissão*, uma curtíssima-metragem produzida por Theo Van Gogh al da palavra «islão», era um filme de dez minutos, em inglês, uma denúncia contra os maus-tratos das mulheres em famílias islâmicas. Numa coreografia desenhada para o impacto, uma muçulmana aparecia vestida com um *chador* de rigor fundamentalista. O trapo porém era transparente e deixava ver o corpo da mulher, nu, de cabeça tapada e cuecas. Uma mesma atriz personificava quatro casos reais, dando voz dramática a versículos do Alcorão usados para justificar vários tipos de violência e que apareciam impressos sobre os corpos brutalizados.

As mesquitas holandesas reagiram negativamente mas não tanto como esperado. Houve críticas pela concentração na denúncia de maus-tratos das mulheres muçulmanas: mulheres oprimidas há-as um pouco por toda a parte. Para Hirsi Ali o ponto relevante era a opressão ser justificada pela fé islâmica, «legal», por isso quisera fazer o filme. Tratava-se de um panfleto político. Theo Van Gogh era um rapaz excêntrico da boa burguesia que cultivava um estilo semi-*underground*, vivia da reputação de provocador inveterado e caprichava em dizer aleivosias sobre judeus ou cristãos ou qualquer outra coisa que tivesse *shock*

*value*, o que não é dizer pouco numa sociedade como a holandesa que há muito vivia de não reparar.

A 2 de Novembro de 2004, Van Gogh era assassinado, numa rua de Amesterdão, por um fundamentalista islâmico, cidadão holandês de 26 anos, filho de emigrantes marroquinos, nado e criado nas brumas dos diques. O assassino disparou à queima-roupa sobre o cineasta. De seguida, cortou-lhe a garganta e, com a faca, espetou-lhe um recado no peito, reclamando responsabilidade e explicando os motivos: o acto sangrento era uma declaração de guerra ao mundo, aos infiéis, à sociedade holandesa,

IAN BURUMA

**A Morte  
de Theo Van Gogh  
e os Limites  
da Tolerância**

Editorial Presença,  
2007, 205 páginas



«controlada pelos judeus». O seu verdadeiro alvo era Hirsi Ali.

Ayaan Hirsi Ali contava então 35 anos e já tinha visto muito. Nascida na Somália, vivera também na Arábia Saudita e no Quênia, fora «purificada» pela mutilação genital e recebera rigorosa educação religiosa. Em 1992, a caminho de um casamento forçado no Canadá, conseguira obter estatuto de refugiada na Holanda. Trabalhando como mulher da limpeza e operária, aprendeu rapidamente holandês e estudou ciência política. Daí passou para analista política no Partido Trabalhista, onde os seus comentários sobre as tensões entre a comunidade imigrante e os holandeses «nativos» cedo destoaram das estratégias de captação do voto muçulmano. Não aqueceu o lugar.

Hirsi Ali sempre usou o seu caso para defender que os holandeses deviam encorajar os imigrantes a aceitar a cultura nacional. No seu entender, a abordagem multicultural dominante aliada à tendência holandesa para consentir comportamentos extraordinários, convidava as minorias ao acantonamento, permitindo que se desenvolvessem sociedades paralelas e gerando um desrespeito larvar pela lei do país. Assim vive a grande maioria dos muçulmanos holandeses: em bairros homogêneos, sujeitos a uma dieta regular de prédica islâmica e de canais de televisão por satélite do Médio Oriente e do Norte de África, muitos dos quais emitem doses diárias de rejeição da cultura europeia e do modo de vida holandês, «hedonístico» e «pecaminoso». Hirsi Ali não se coibia de denunciar esta insularidade nem a onda de crime que envolvia números despropor-

cionados de muçulmanos holandeses de segunda e terceira gerações. Mas a sua causa de eleição sempre foi a opressão das mulheres muçulmanas pelos machos da família: casamentos forçados, negação de oportunidades educativas, escravização ao trabalho doméstico e crimes de honra. E não poupava os «nativos holandeses» por lavarem as mãos de tanta injustiça e por tolerarem aqueles que na verdade se recusavam a contemplar estilos de vida alternativos.

Aparecida assim, do nada, esta mulher jovem, bela, negra, inteligente, articulada, muçulmana, e «com passado», batia-se por causas normalmente associadas a senhores e senhoras, doutos, brancos, de meia-idade, que mal abriam a boca eram apodados de populistas de direita ou islamofóbicos. Subitamente, mudaram os parâmetros do debate. Hirsi Ali foi convidada pelo Partido Liberal (VVD) para concorrer ao parlamento em eleições nacionais, onde esteve entre 2003 e 2006, sempre como figura muito controversa, sobretudo pelo seu compromisso visceral e militante contra a opressão islâmica das liberdades individuais, em prol da liberdade de expressão e do direito de ofender. Já há muito que recebia constantes ameaças de morte de radicais muçulmanos, e uma vez deputada, e tendo tornado pública a sua renúncia ao islão, as ameaças aumentaram exponencialmente. Passou a viver acompanhada por uma equipa de seguranças.

A primeira grande dissonância viera em 2002, com o assassinato do político Pim Fortuyn, um homossexual declarado cuja popularidade súbita se devia à promessa de reger a imigração. Em plena campanha

eleitoral para eleições nacionais, fora assassinado por um militante dos direitos dos animais que, sendo holandês – digamos dos quatro costados – apresentaria em tribunal, por motivo, serem «perigosos» os pontos de vista de Fortuyn sobre o islão. Mas foi o assassinato de Van Gogh que realmente furou o balão do sonho multicultural e de tolerância infinita onde cada um vivia como queria e dizia o que lhe apetecia. De um dia para o outro, os holandeses eram forçados a constatar que tinham pela frente um problema complicado. Residiam no país para cima de um milhão de «imigrantes», a maioria de segunda ou terceira geração de origem magrebina, severamente separados da sociedade circundante.

Desde então, correram já rios de tinta sobre o assunto da «Questão da Imigração», que é o eufemismo preferido para referir os problemas da presença islâmica na Europa.

### **ISLÃO NA EUROPA**

Actualmente, a população muçulmana da Europa, mais que uma questão de imigração, aparece como um desafio à paz social. E o ritmo acelerado dos confrontos advinentes dos movimentos da ideologia islâmica tem, simultaneamente, polarizado as atitudes dos europeus quanto às comunidades muçulmanas na Europa e galvanizado a identidade islâmica na Europa. Decerto muitos muçulmanos europeus contemplam formas suaves de integração na sociedade de acolhimento. Mas a esmagadora maioria resiste à assimilação e mesmo à integração, escolhendo ser parte da Europa e manter a sua identidade islâmica.

E as novas gerações parecem especialmente motivadas para uma maior diferenciação. Em estimativas não censitárias fala-se hoje em mais de 30 milhões de muçulmanos na Europa comunitária. O islão é já a segunda religião da União Europeia (UE) em termos de número de adeptos; representa a maior minoria religiosa em 22 dos 27 estados-membros da UE; demograficamente, é o credo em mais rápida expansão. A Espanha, que actualmente acolhe a quarta maior comunidade muçulmana dentro da UE, na última década viu o número de fiéis passar de 500 mil para milhão e meio. Entre notícias, relatórios avulsos e sites de pesquisa como <http://www.eumap.org/topics/minority/reports/eumuslms>, é possível escrever que na Alemanha, se estima entre 3,6-3,9 por cento da população (Hamburgo, 6,4 por cento; Berlim, 5,9 por cento); na Bélgica, quatro por cento (Bruxelas, 17 por cento-20 por cento, há quem diga 33 por cento; Antuérpia, 6,7 por cento); na Dinamarca, 4,8 por cento (Copenhaga, 12,6 por cento); em França, entre 6-8,5 por cento (Paris, 7,38 por cento; Marselha, 25 por cento); nos Países Baixos, 5,8 por cento (Amesterdão, 24 por cento; Haia, 14,2 por cento; Roterdão, 13 por cento); no Reino Unido, três por cento (Londres metropolitana, 17 por cento); na Suécia, entre 1,8-4,4 por cento (Malmo, 25 por cento; Estocolmo, 20 por cento).

Estes são os números incertos do islão europeu, um islão popular, solidamente implantado com a sedentarização da emigração. A rapidez do crescimento das populações islâmicas parece estar a toldar a capacidade de os governos europeus marcarem os limites da tolerância de

forma racional e consistente. Convirá ter presente que já em muitos círculos eleitorais as «matemáticas políticas» atendem ao «voto islâmico». E o que se vai passar quando de uma qualquer eleição sair uma câmara municipal ou assembleia regional maioritariamente salafista? Muitos europeus vêem os muçulmanos como um desafio frontal à identidade colectiva, a valores tradicionais e a políticas públicas das respectivas sociedades, como resulta evidente das controvérsias sobre o véu, a construção de mesquitas, a certificação de imãs e as escolas corânicas. Acima de tudo, pairam a situação e os direitos das mulheres, as relações entre o político e o religioso e a *vexata quaestio* da compatibilidade entre islão e democracia. Estas preocupações têm levado à vitória eleitoral pessoas, partidos e discursos de cariz mais tradicional e nacionalista.

Faz-se sentir o medo que tais comunidades sejam mobilizáveis pelos países de origem. É dos medos mais antigos de todos os grupos humanos. O nome chique para este medo é «Questão da Dupla Lealdade» e ainda não há cem anos boa parte dos povos europeus punha nessa categoria os judeus... com uma diferença que convém assinalar: é que tais acusações eram dirigidas a um povo que não tinha um estado, logo não dispunha de força militar e, na altura, contava mundialmente com uns 10 milhões de pessoas. Escusado será dizer que este medo invoca também o sentido da bestialidade de que os europeus sabem ser capazes.

O ano de 1989 marcou simultaneamente a aceleração da integração europeia com a queda do Muro de Berlim e o aumento de tensões com o mundo islâmico, por via do

caso Rushdie e do início da «questão do véu» em França. Mas foi o 11 de Setembro que trouxe para primeiro plano a questão do islão como força global, e, mais especificamente, o seu assentamento em terras estrangeiras e as bases de apoio do radicalismo em países europeus, com destaque para a Alemanha e o Reino Unido. As campanhas de terror e intimidação a que assistimos desde então, como os atentados de Madrid em 2004, a «Crise das Caricaturas Dinamarquesas» em Fevereiro de 2006, ou a reacção ao discurso de Bento XVI em Ratisbona de Setembro do mesmo ano, apenas vieram confirmar as piores análises em termos de ligação da ameaça interna e externa. As imagens difundidas pelos satélites trouxeram à consciência colectiva a repercussão global e as reacções primitivas, agressivas e violentas que, por esse mundo fora, os mais altos responsáveis islâmicos consentiram, participaram, quando não promoveram. Essa sensação de um perigo incompreensível para a normalidade racionalista europeia é agravada pelos múltiplos incidentes resultantes da reivindicação pelo islão europeu do seu espaço público, o que atinge frontalmente a esfera pública europeia.

### **UM LIVRINHO CURIOSO**

Sobre esta questão versa o livro *A Morte de Theo Van Gogh e os Limites da Tolerância*. Este título, inventado para a versão portuguesa, dá-lhe um ar ensaístico, desviando sem razão do título original, de tão fácil e directa tradução e com uma mensagem estética e literária própria: «Assassinato em Amesterdão», aviso claro de um exercício em série B. É um livrinho curioso.

Como um Hercule Poirot sem bigodes, Ian Buruma percorre o «campo de investigação» à procura de indícios... mas não para resolver o crime, de resto logo resolvido pela confissão e garbo reivindicativo do assassino... o objectivo é, dir-se-ia, recolher evidência para demonstrar que existe um problema que não pode ser resolvido. Para tanto, Buruma aplica o que em campo pictórico se chama técnica mista: aqui a mistura faz-se entre o pastiche literário, o aparelho descritivo das ciências sociais e um pensamento político marcadamente credor das piedades «sessentoitistas» quanto à ilegitimidade da autoridade e do uso do poder quer em termos do pacto de governo interno, quer em termos da ordem do sistema internacional.

Ian Buruma, escritor e jornalista anglo-holandês, é actualmente professor de Democracia, Direitos Humanos e Jornalismo no Bard College em Nova York. Escreve regularmente para grandes diários e revistas literárias da esquerda burguesa. A sua obra mais conhecida será porventura *Ocidentalismo*, escrito mano a mano com o intelectual israelita Avishai Margalit e que investiga e demonstra como quase todas as variedades de pensamento anticidental são construídas sobre ideias germinadas e divulgadas no Ocidente: os russos eslavófilos devoravam o trabalho de Shilling, os islamitas iranianos estudavam Fanon, a Irmandade Muçulmana emulou o ordenamento fascista. As tradições ocidentais donde saíram esses «rebentos» incluem o romantismo cultural e político e, digamos, o conjunto do chamado contra-iluminismo – a reacção do pensamento europeu contra o optimismo

e universalismo do século XVIII. Foi por essa altura que os pensadores ocidentais começaram a ficar muito preocupados com a «alienação» do homem moderno e a suspirar por coisas como autenticidade, sensação de pertença, enfim o paraíso perdido. Até hoje, atravessando as peripécias e os horrores do século XX, perderam ainda na *intelligentsia* ocidental aversões regressivas à democracia liberal e aos seus fundamentos, sobretudo o espaço de liberdade e representação individual. Isto de par com ideias tão destrutivas quanto a crença de que os fins justificam os meios e de que não há outras verdades que não as dos interesses de grupo e que os factos, as evidências ou a lógica são meros instrumentos de opressão.

Ian Buruma teria pois a bagagem ideal para levar a cabo uma reportagem política sobre aquela Holanda onde se instalou a dissensão. À primeira leitura, entra-se num ambiente tão afável e sem costuras que nos demora a perceber a estranheza que se vai instalando com o virar das páginas: o não dito, a pergunta que não é feita, a conclusão que não é tirada. Desde logo, escrevendo entre 2004 e 2006, o autor consegue, basicamente, abordar o caso holandês como se de uma ilha se tratasse. E a sua reportagem é mais um passeio aos becos do relativismo bem pensante do que uma análise do dilema político instalado no terreno. Pretendendo-se fleumático explora um estilo «sensibilidade e bom senso», dando conta dos tremendos conflitos emocionais, morais e políticos do mundo confuso e dissonante que encontra na Holanda, infalivelmente em tons de bege. É também um tratado da confusão

moderna, conseguindo sempre dar uma leitura meiga dos discursos ou situações mais inaceitáveis do ponto de vista da democracia liberal, sem nunca perder a oportunidade de deixar cair uma palavra de suave subversão da figura ou do ponto de vista dos que pretendem ver defendidos esses mesmos valores. E a obra não teria passado de mais um panfleto na sacristia ecuménica, não fora a sua insistência em sistematicamente ignorar que o islão, para além do que na Europa hoje se chama «uma religião», é um sistema político alternativo; ou a insistência em classificar A. Hirsi Ali como uma «fundamentalista do iluminismo», e declarar esse fundamentalismo equivalente ao do assassino de Theo Van Gogh e, por extensão implícita, aos que saciam no fundamentalismo islâmico a «busca pela causa universal». Estas pechas desencadearam um extraordinário debate entre a esquerda europeia. O debate começou no site inglês do jornal cultural alemão *signandsight.com* donde passou para inúmeros outros sites e jornais por toda a Europa e chegou até às augustas páginas da *New York Review of Books*. A controvérsia foi inaugurada pelo escritor francês Pascal Bruckner, que anotou as peculiaridades da campanha sub-reptícia de Buruma e de Garton Ash contra A. Hirsi Ali e se propôs a uma análise filosófica de tão extraordinária postura. Bruckner conclui que Buruma – entretanto coadjuvado por Timothy Garton Ash – foram apanhados pelos miasmas intelectuais da sensibilidade pós-moderna e que pelas vielas do relativismo e multiculturalismo indiscriminado caíram no mais básico dos erros filosóficos, a incapacidade de efectuar uma

diferenciação elementar. Na era pós-moderna, o iluminismo chega assim a ser visto como mais um conjunto de preconceitos culturais, em nada melhor e provavelmente pior que outros conjuntos de preconceitos culturais – um fanatismo incapaz de controlar os seus próprios excessos. Deste ponto de vista, alguém como A. Hirsi Ali, que cresceu em África e na Arábia, que passou pela Irmandade Muçulmana e por uma atmosfera de radicalismo islâmico, ao assumir um novo compromisso com o racionalismo e a liberdade individual, apenas «trocou» um fundamentalismo por outro... A ser assim, nada distinguiria o assassino fanático de um tribuno racional. Para Bruckner, trata-se do próprio racismo dos anti-racistas, o racismo que ao pretender defender os oprimidos nega ao exótico o direito de se servir das mesmas ferramentas de análise iluminista que os europeus costumam usar.

Esta crítica violenta ao texto de Buruma foi contrariada por vários escritores e académicos de persuasão multiculturalista e também apoiada, mesmo aprofundada, por muitos outros de vários quadrantes, com destaque para a escritora turca Necla Kelek, para o académico sírio Bassam Tibi (ambos radicados na Alemanha) e ainda Paul Berman nos EUA. Kelek releva os novos estereótipos acerca dos muçulmanos que não deixam Buruma descortinar uma série de factos extremamente perturbantes ocorrendo na Europa; e, sobretudo, chama a atenção para a falácia de que é preciso atender e matutar na «diversidade do islão»: Kelek argumenta de forma convincente sobre o universalismo islâmico e dá o interessante exemplo da carta dos direitos

humanos muçulmanos aprovada em 1990 pela Organização da Conferência Islâmica que tudo submete à concordância com a *sharia*. Tibi, apesar das reservas quanto a Hirsi Ali, marca bem a sua indignação com a incapacidade de Buruma diferenciar entre islão e islamismo, entre a religião e a ideologia totalitária. E sublinha que o tabu principal está em admitir que existe um conflito: todos o negam, preferindo falar antes de «mal-entendidos». Tibi, muçulmano praticante, insiste que um conflito de valores não é um mal-entendido; e que a ortodoxia islâmica e a Constituição alemã são incompatíveis. O pluralismo e a tolerância são os pilares da sociedade moderna e esse facto tem de ser aceite. Pluralismo não significa apenas diversidade. Significa também que é possível permanecer diferente e partilhar os mesmos valores e as mesmas regras. O islão não partilha desta ideia. De resto, a alegada tradição de tolerância do islão apenas significa que judeus e cristãos podem viver sob a protecção muçulmana mas nunca como cidadãos de direitos iguais, coisa que às luzes europeias se chama discriminação.

Neste debate, as réplicas de Buruma e Garton Ash espantam pela vacuidade. Buruma nem sequer foi capaz de admitir que do cortejo da crítica pudesse valer a pena recolher qualquer coisa relevante.

Com a entrada neste século XXI, a hierarquia de valores políticos desabou e a esquerda tem sofrido consideravelmente. A utopia socialista morreu da morte macaca infligida pelos horrendos crimes dos comunistas e posteriormente pelo sucesso das economias de mercado sobretudo asiáticas. E, se é certo que a discussão da derrocada do socialismo

se prolonga, não é menos certo que o espírito crítico tem ignorado as pequenas Hidras que ficaram e que agora perfilham ideias que ainda há pouco eram anátema. No século XX, os que se referiam a conspirações judaicas que controlavam os governos, a finança e a imprensa internacional eram os nazis. Agora são de esquerda. Actualmente, é entre filiados no pensamento dito de esquerda que se encontra a maior propensão, quando não mesmo devoção, para desculpar radicalismos que há trinta anos seriam, sem pejo, declarados de extrema direita. Na Europa de hoje, o esquerdismo desculpa governos totalitários, fascistas e reaccionários e ignora as suas vítimas, mesmo quando estas partilham ideário dito de esquerda. Qualquer longínquo movimento antiocidental recebe carinhos e atenção. Actualmente, uma feminista iraniana, um democrata iraquiano ou um socialista curdo terão grande dificuldade em receber solidariedade de uma esquerda que há duas décadas atrás sairia de casa a meio da noite para os ir buscar ao aeroporto.

Este debate assumiu novas proporções com o 11 de Setembro e sobretudo com a II Guerra do Iraque e a presença virulenta da ideologia islâmica, um autêntico pesadelo para as causas célebres da modernidade ocidental: a sujeição das mulheres, o assassinato de homossexuais ou de qualquer muçulmano que de livre vontade decida abandonar o islão, a imposição de estados teocráticos, a promoção de conspirações anti-semitas e a negação da liberdade de expressão. Qualquer leitura de jornais locais ou regionais desfia um rosário de problemas, com toda a sorte de pressões sobre o sistema escolar público

(por exemplo, exigência de não participação em actividades desportivas mistas), ou o sistema de saúde e hospitalar (mulheres a quem não é permitido ver um médico do sexo oposto), ou de segurança (raparigas fugidas a maus-tratos ou ameaças de morte que são levadas de volta à família por um polícia muçulmano de serviço). Porém, a incidência claramente mais grave e sustida tem sido sobre a liberdade de expressão e a questão do «respeito».

Quando Ayaan Hirsi Ali conta a sua história, ou defende as regras da democracia liberal, é uma provocadora; ou: tem sucesso porque é bonita; ou: é fundamentalista; ou: não serve para convencer os muçulmanos; ou: é um instrumento dos neocons, dos sionistas. Porém, é um facto que Hirsi Ali vive sob protecção armada vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Um programa que orça em vários milhões de euros/ano; e que depois de várias peripécias (o Governo holandês não querer mais pagar a conta, os vizinhos recusarem ter esse perigo humano na vizinhança), Hirsi Ali mudou-se para os EUA. Mas nos EUA não existe a possibilidade de o Governo dispensar protecção a indivíduos ameaçados pública e notoriamente de morte por outros indivíduos por via das ideias que defendem. De regresso à Europa, Hirsi Ali apresentou um pedido de naturalização francesa e dirigiu um apelo de protecção ao Parlamento Europeu. O assunto está confiado aos bons ofícios de um comité.

É uma situação que se torna frequente. Entre escritores, filósofos, actores e sobretudo ex-muçulmanos, existem actualmente dezenas de pessoas que por essa Europa fora ou mudaram de identidade ou vivem

com segurança vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. O político social-democrata holandês Ahmed Aboutaleb vive com protecção integral, assim como Afshan Ellian, Ibn Warraq, Robert Redeker, Charlot Dverdjian, Talema Nasreen, Magdi Allam, Fiamma Nierenstein, Caroline Fourest, Fleming Rose: são nomes que se vieram juntar a Salman Rushdie na infeliz situação de estarem sob ameaças de morte por terem emitido ou desenhado opiniões contrárias ao sentir muçulmano.

Por outro lado, o medo das represálias leva já muitas editoras, jornais, activistas e outras pessoas de boa vontade a evitarem dizer ou fazer qualquer coisa que incorra na ira da turba... seja ela do bairro, do distrito ou global. A ameaça é formulada em termos de segurança e economia... mas a questão crucial é realmente a identidade e a ameaça que o islão representa para o *European way of life*.

E aqui ficam as perguntas a que Buruma não soube ou não quis responder: De onde vem a equanimidade da parte de tantos políticos, jornalistas e intelectuais perante o aumento exponencial das ameaças de morte e violência por parte de fundamentalistas islâmicos? A equanimidade para entrar em diálogo e aceitar conversa de quem defende o apedrejamento de mulheres até à morte? A incapacidade de reconhecer que os direitos das mulheres são um dos aspectos fundamentais nos debates sobre o islamismo? A incapacidade de nomear e reconhecer os problemas das mulheres muçulmanas na Europa? A incapacidade de reconhecer a dimensão e papel antidemocrático do «novo» anti-semitismo? **RJ**